



| | | |
|---|--|---|
| <p>Público</p> <p>21-07-2019</p> | <p>Periodicidade: Diário</p> | <p>Temática: Banca/Seguros</p> |
| | <p>Classe: Informação Geral</p> | <p>Dimensão: 2218 cm²</p> |
| | <p>Âmbito: Nacional</p> | <p>Imagem: S/Cor</p> |
| | <p>Tiragem: 31885</p> | <p>Página (s): 1/10/11</p> |

BPN Estado reclama 104 milhões a empresário

Juizes da Relação falam em "fraude gigantesca" de arguido próximo de Oliveira e Costa **p10/11**

Empresário acusado de burlar o BPN. Estado reclama 104 milhões

Carlos Marques começou a ser julgado este mês por causa de empréstimos. MP não detectou vestígios de comportamento criminoso, mas juízes da Relação falam em indícios de “fraude gigantesca”

Justiça
Ana Henriques
e Sónia Trigueirão

Criado no mundo do calçado, Carlos Marques, com 61 anos, sempre quis voar mais alto. E durante algum tempo conseguiu-o, graças aos contactos privilegiados que tinha na banca: casa em Miami, iate, uma frota automóvel capaz de fazer inveja a um futebolista da primeira liga. Até aviões chegou a ter.

Contra a vontade do Ministério Público, no início deste mês este discreto empresário começou a responder no Campus da Justiça, em Lisboa, por burlas que atingem os 104 milhões – tanto quanto o Real Madrid terá pago por Cristiano Ronaldo. A estes 104 milhões que lhe reclama o Estado, através da Parvalorem – criada para ficar com os activos tóxicos do antigo BPN, que foi nacionalizado em 2008 e entretanto extinto –, somam-se ainda 35 milhões relativos a processos de cobrança coerciva de dívidas registadas nas Finanças relativos a si e a empresas às quais esteve ligado.

Carlos Marques nega tudo, alegando que os créditos que lhe facultou o banco liderado por Oliveira e Costa, de cujo genro era amigo, seguiram os procedimentos normais e legais.

A seu favor o empresário do ramo imobiliário e automóvel tem o próprio Ministério Público, que, após oito anos de investigações, considerou não existirem indícios suficientes para o julgar por burla qualificada. Quanto aos crimes de fuga ao fisco, a maioria tinha prescrito em 2016.

O inquérito teve origem numa comunicação das autoridades suíças relativa à forma de movimentação de grandes somas de dinheiro. Em 2009, comunicaram a Portugal que suspeitavam de um esquema em que o dinheiro seria colocado numa instituição de crédito suíça, seguindo-se depois uma fase de circulação e estrat-

tificação e finalmente utilização no sector imobiliário – ou seja, Carlos Marques estaria a branquear capitais. Além do empresário, foram identificados vários alegados cúmplices seus. Teresa Cantanhede, Alcina Andrade e Diamantino Morais geriam imobiliárias como a Imocorsega, Futurbelas e a Imonamur. Os capitais circulavam pelas sociedades *offshore* Crucial Ventures, Shelton Trading Company e a Carlow Developments.

O processo chegou a ter 50 arguidos entre pessoas e empresas, entre os quais Luís Duque, antigo dirigente do Sporting e vereador na Câmara de Sintra. Durante seis anos, enquanto a investigação não terminou, foi suspeito de ter dado tratamento de favor ao investidor imobiliário nos negócios que este tinha neste concelho, nomeadamente no licenciamento de uma bomba de gasolina. Depois de ter sido arguido acabou ilibado.

“Falamos com grande cuidado ao telefone e marcamos sistematicamente encontros pessoais para tratar de assuntos”, descrevem os inspetores da Judiciária, segundo os quais Luís Duque chegou a indicar ao amigo a melhor forma de se livrar de multas que a autarquia lhe tinha aplicado. Contactado pelo PÚBLICO, o ex-vereador diz que nesta altura mal conhecia o empresário, cuja extrema simpatia granjeou, a partir dessa altura, a sua amizade. Lamentando ter sido “enxovalhado” durante tanto tempo, assegura que por mais de uma vez os seus serviços indeferiram os pedidos do empresário.

Vida de luxo

As escutas revelaram ainda que quando Carlos Marques se queixou de as autoridades suíças lhe terem congelado as contas bancárias Luís Duque lhe indicou que advogado devia contratar. O conselho foi seguido.

Este inquérito revelou a vida de luxo de Carlos Marques e a forma como erigiu o império que criou depois de a mãe morrer, em 1989.



Apesar de ter tido uma vida desafiada, não concluiu o secundário e começou a trabalhar antes de se tornar maior de idade nas 18 sapatarias da família, que também era dona de uma fábrica em Oliveira de Azeméis. Quando decidiu vender parte das lojas e investir na compra e venda de

imobiliário, depois do desaparecimento da progenitora, o céu parecia o limite.

Chegou a ter Ferraris, Mercedes, MacLarens e Aston Martins e quis representar a Porsche em Portugal. A um dos seus iates chamou *Waiting for You* (À Tua Espera). Apaixonado

pela aviação, entrou neste negócio com a Helibravo. Até conseguiu, mesmo depois de ter chumbado uma vez, ter licença para pilotar aviões. Escutas efectuadas pela Polícia Judiciária dão conta de conversas telefónicas em que terá tentado garantir o *brevet* contra o pagamento de dinhei-

Arguido era próximo de Oliveira e Costa e juízes dizem que podem ter agido os dois “em conluio”



Carlos Marques apresentou garantia bancária de entidade suíça, conseguida através de uma empresa de João Vale e Azevedo

ILUSTRAÇÃO DE MIGUEL FERASO CABRAL

por outras empresas. A gestão dessas sociedades era assumida por testas-de-ferro. Os bens das sociedades também entravam neste esquema de circulação: houve um terreno em Mação que foi transaccionado 13 vezes no mesmo dia.

Testemunhas ouvidas pelos inspetores contaram como do círculo de amizades do empresário fazia parte, além do genro de Oliveira e Costa, um responsável da Caixa de Crédito Agrícola, Carlos Alcobia – o que ajudará a explicar a rapidez com que conseguia avultados empréstimos.

Exemplo disso foi a forma como conseguiu o primeiro empréstimo junto do BPN. Como conhecia o familiar do patrão do BPN, diz a investigação, viu aprovado um crédito de 35 milhões para uma das suas firmas, a Vencimo.

A proposta para este empréstimo foi submetida a 22 de Junho de 2006 e aprovada dois dias depois. Acontece que Carlos Marques apresentou uma garantia bancária de uma entidade suíça, conseguida através de uma empresa de João Vale e Azevedo, ex-presidente do Benfica. À conta desta operação, o BPN e o empresário processaram o ex-dirigente desportivo, que já começou a ser julgado: as assinaturas inscritas no contrato de garantia eram decalcadas do relatório e contas da empresa helvética que Vale e Azevedo dizia representar.

Uma vez que o presidente do BPN apoiava a concessão de crédito a Carlos Marques, a autenticidade desta garantia não foi verificada.

Investiram em propriedades no Alentejo

A descoberta dá-se quando, em Novembro desse ano, outra empresa ligada a Carlos Marques solicita mais um crédito ao banco. Oliveira e Costa terá sugerido a Carlos Marques que pedisse ao banco outro empréstimo através de uma nova empresa para pagar o crédito da Vencimo, resolvendo assim o problema. Mas em vez de 35 milhões de euros, o crédito será de 37,5 milhões de euros. Oliveira e Costa e o genro usaram o remanescente para investir numas propriedades na Vidigueira, no Alentejo, e com este estratégia evitam pedi-lo ao BPN.

Depois deste favor, o empresário ainda conseguiu mais empréstimos

para outras empresas suas junto do banco.

Até que em 2010 Carlos Marques descobre que está a ser investigado na Suíça, por suspeitas de branqueamento de capitais, e que o processo transitou para Portugal. Vê congelados 15 milhões em contas naquele país. Muda de telemóvel e compra cartões para distribuir às pessoas com quem trabalha, para evitarem ser escutados.

Acaba por ser detido a 30 de Outubro de 2010. Fica em prisão preventiva e passa em Fevereiro seguinte para casa, com pulseira electrónica. Em Julho de 2011, o Tribunal da Relação liberta-o da prisão domiciliária.

Os carros de alta cilindrada são-lhe apreendidos, bem como vários imóveis – terrenos, vivendas e palacetes. Nesse espólio chegou a estar a Quinta da Casa Branca, em Carnaxide (Oeiras), um palacete do século XIX que pertenceu ao escritor e político Tomás Ribeiro. Uma vez que o empresário deixa de pagar os empréstimos requeridos até então em nome das empresas Vencimo, Futurbelas, Imonamur e Beyond Home, a Parvalorem começa a requerer a sua insolvência, para entrar na posse dos bens imobiliários e recuperar algum valor.

Quando o Ministério Público decide arquivar o processo, em 2016, a entidade que ficou com os activos tóxicos do BPN tenta reverter a decisão, pedindo a abertura da instrução do processo para tentar responsabilizar Carlos Marques.

Sem sucesso: a juíza de instrução também se pronuncia pela inexistência de indícios suficientes de práticas criminosas. Nesta altura já tinham passado os cinco anos que determinavam a prescrição dos crimes de fraude fiscal – muito embora não tenha prescrito a dívida fiscal de 16 milhões de euros contabilizados pela Autoridade Tributária como prejuízos para o Estado, decorrentes do não pagamento do IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis) nos negócios de compra e venda de imóveis.

Porém, a Parvalorem não se conforma. No Verão passado o Tribunal da Relação de Lisboa dá-lhe razão, mandando julgar por fim o empresário. Os juízes não só falam em indícios de uma “fraude gigantesca”, como apontam para a possibilidade de Oliveira e Costa e o genro terem

agido “em conluio com o arguido”. Mas é tarde de mais para imputar responsabilidades ao ex-presidente do BPN, razão pela qual vai ser ouvido neste julgamento na qualidade de mera testemunha.

“A factualidade que se indicia, assente essencialmente em documentos e depoimentos de testemunhas, revela uma conduta astuciosa, assente num estratégia bem urdido, dando a aparência de normais negócios de financiamento de projectos de investimento”, refere o acórdão da Relação.

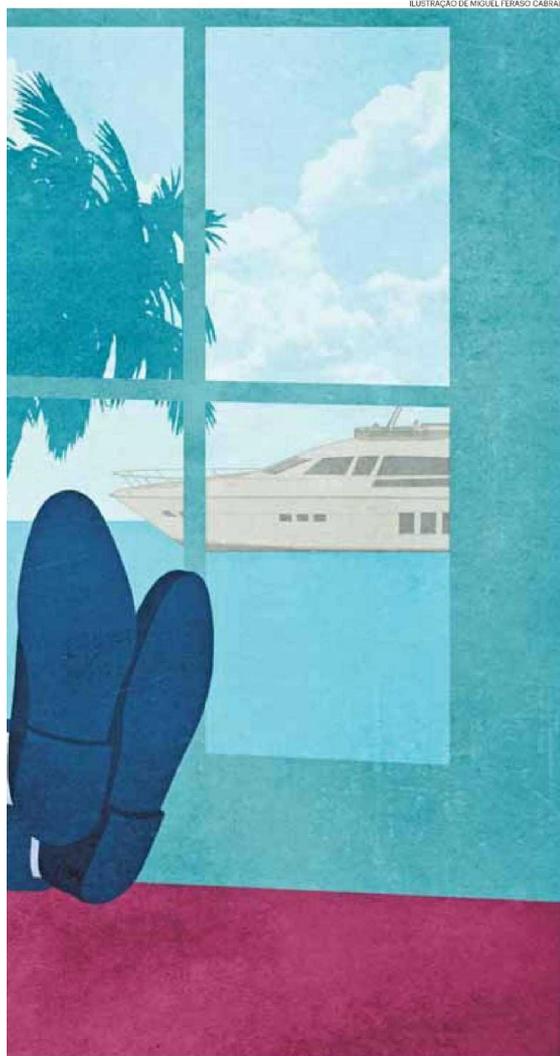
Pedido de indemnização

Em Junho passado a Parvalorem avança com o pedido de indemnização de 104 milhões contra Carlos Marques e a sua empresa Espaço Curvo, no pressuposto de que as garantias que apresentou para os empréstimos eram insuficientes e nunca tencionou pagá-los.

O arguido contesta: “Os créditos do BPN ficaram devidamente garantidos, uma vez que todos os terrenos que pertenciam às sociedades em causa passaram a integrar os activos da Parvalorem.” Alude ainda ao risco inerente à actividade bancária. Quanto ao pedido de indemnização, Carlos Marques alega que foi feito fora do prazo e que os imóveis arretados neste processo “cobrem os alegados prejuízos”. O empresário quer saber quanto já ganhou a Parvalorem com a venda dos seus bens.

Quando em 2016 o Ministério Público arquivou o processo, Carlos Marques solicitou o desbloqueamento de mais de três milhões de euros que estavam numa conta na Suíça e que estavam à guarda do processo, alegando não ser devedor de nada. Porém, a Autoridade Tributária consultou o sistema informático e desaconselhou a devolução, porque existiam cerca de 35 milhões de euros referentes a valores em processo de cobrança coerciva de dívidas executivas. Integram essa lista, além do próprio empresário, 18 empresas ligadas a si. A maior dívida pertence à Imocorsega, com mais de 12,9 milhões de euros em cobrança coerciva, e à Futurbelas, com mais de 10,3 milhões.

abhenriques@publico.pt
sonia.trigueirao@publico.pt



ro e a oferta de um iPhone.

Para a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Judiciária, Carlos Marques montou um esquema através do qual conseguiu empréstimos de milhões de euros junto de bancos que nem sempre pagava e para os quais forjava garantias – um

autêntico carrossel de crédito em que o dinheiro alegadamente destinado a projectos imobiliários transitava para empresas que raramente tinham o seu nome nos corpos sociais. Depois de obtidos, estes empréstimos saíam das firmas para as quais eram pedidos e circulavam